

# MUDAR A REFERÊNCIA PARA PENSAR A DIFERENÇA: O ESTUDO DOS GÊNEROS NA CRÍTICA LITERÁRIA

ANA MARIA VICENTINI  
do NEPEM/UnB

---

## RESUMO

Um rápido balanço das correntes emergentes dentro da teoria e crítica literária feminista, especialmente a anglo-americana e a francesa, aponta suas vantagens e limitações, sugerindo o aprofundamento de uma visão crítica da noção de gênero para a análise literária.

## SUMMARY

A brief review of emerging currents within feminist literary theory and criticism, especially the Anglo-American and French ones, indicates their advantages and limitations, suggesting the deepening of a critic view on the concept of gender in literary analysis.

---

É significativo o aumento recente do interesse em estudos sobre Mulher e Literatura no Brasil. Ganhou novo impulso no ano de 1987, quando se realizaram dois seminários nacionais<sup>1</sup>; e o grupo de trabalho dessa área de estudos, na ANPOLL<sup>2</sup>, vem agrupando número expressivo de novos membros.

A isso vem somar-se o fato de que a academia brasileira, em particular as áreas de Literatura, Artes e Comunicações, está dando mostra de uma certa inquietude perante os estudos críticos tradicionalmente desenvolvidos em seu interior. Várias circunstâncias vêm contribuindo para a emergência desse clima de mal-estar. Dentre elas, merece ser destacada a ausência de mulheres escritoras do cânone literário. O incômodo face a essa ausência ou exclusão é grande: a maior parte dos trabalhos apresentados nos seminários acima mencionados teve como tema central de sua investigação obras de escritoras nacionais ou estrangeiras que habitualmente estão ausentes dos cânones. Também merece atenção a substancial disseminação, no Brasil, da teoria e crítica literária feminista, desenvolvidas na Europa e nos Estados Unidos nas últimas décadas.

Mas, quem vem se inquietando a respeito da ausência de escritoras no cânone literário? Uma rápida passada de olhos pelos auditórios desses seminários é suficiente para responder à questão: dos estudos literários sobre a mulher têm se ocupado basicamente as mulheres.

Este brevíssimo *racconto* traz consigo reverberações perturbadoras: de assuntos de mulher se ocupam as mulheres. Em outras palavras, será que não estamos reencenando a quase eterna tragicomédia "Isto é Coisa de Mulher"? Será que não estamos reafirmando a sólida tradição de nos ocuparmos dos assuntos "femininos" (e querem algo mais adequadamente feminino do que os estudos literários, sobretudo de escritoras?), enquanto nossos colegas se ocupam das obras importantes, sérias, transcendentais?

Essa divisão sexual da comunidade literária deve ser examinada com cuidado, devido ao fato de existirem, em sua origem, juízos valorativos a respeito de gênero. Na divisão apontada entre o mundo próprio das mulheres e o dos homens (divisão esta que não é privilégio dos estudos literários), o campo semântico empregado para exprimir o universo feminino de imediato se imbuíu de acepções negativas. "Coisa de mulher" é uma expressão que se desdobra em uma série de outros significados, tais como: coisa sem importância, bobagem, perfumaria, frivolidade e vários outros. Uma outra pergunta se impõe neste ponto: que lógica lingüística ou conceitual equivale "mulher" a "sem importância" e homem a "importância"?

Entre o signo mulher, arbitrariamente construído para designar indivíduos do sexo biológico XX, e seus correlatos pejorativos há uma lei que transcende a qualquer lei da lingüística e da sinonímia. A transformação do sexo biológico em uma outra categoria, e a colocação desta em um universo semântico pejorativo é explicada com bastante rigor e precisão pela

teoria feminista, através de sua categoria central de análise — o gênero. Antes de nos concentrarmos na discussão do gênero enquanto categoria analítica, algumas considerações sobre o arcabouço teórico do qual ele emerge se fazem necessárias.

Em um ensaio intitulado *Sobre as teorias sexuais das crianças*, Freud afirma que: "se pudéssemos nos despir de nossa existência corporal, e pudéssemos ver as coisas desta terra com olhos frescos, como seres puramente pensantes, de um outro planeta, por exemplo, nada nos chamaria mais a atenção do que a existência de dois sexos entre os seres humanos, os quais, embora parecidos em vários aspectos, marcam a diferença entre si através de signos externos tão óbvios" (apud Mitchell, 1984, p. 79).

Estabelecendo uma analogia com a imagem utilizada por Freud, podemos dizer que o pensamento feminista é como este ser pensante de outro planeta que observa os sexos e suas relações sociais a partir de uma perspectiva estranha, alienada (no sentido brechtiano do termo). Seu olhar alienado nos revela não apenas as marcas incisivas da diferença entre os sexos, mas, sobretudo, a não correspondência entre o dado biológico e o "signo externo", este último denominado sucintamente de "feminino" e "masculino". Em outras palavras, este *alien* ideológico chamado feminismo não só aponta para a acirrada distinção sexual existente, como desvenda também o fundamento arbitrário, não natural, da mesma. O feminismo, enquanto modo particular de ver o mundo e os seres, soma-se ao pensamento sociológico que entende a realidade enquanto realidade construída. A partir dessa concepção, o sexo (fato biológico) não predetermina o gênero (fato construído). Masculino e feminino são identidades sociais configuradas ao longo de processos de significação.

Na cadeia de relações sociais, a relação entre os gêneros ocupa, na visão ocidental, uma posição central. As contradições inerentes a cada gênero adquirem, na relação social, um caráter antagônico, o qual, como em toda ligação desta natureza, leva à hegemonia de um elemento sobre o outro. Desta forma, além de desvendar os fundamentos culturais da construção dos gêneros, o feminismo se ocupa, com igual ou maior vigor, em demolir as bases da dominação de um gênero sobre o outro.

A espinha dorsal desta relação de opressão é atribuída pelo pensamento feminista ao que chamamos de ordem patriarcal, isto é, à ordenação simbólico-conceitual do mundo de acordo com um princípio básico: a Lei do Pai, ou, como prefere Jacques Lacan, o *phallus*. É evidente que em tal tipo de ordem cultural, a entrada da mulher e a construção de sua identidade dão-se de maneira não apenas distinta da do

1 "Repensando a Diferença", seminário organizado pelo Centro Interdisciplinar de Estudos Contemporâneos da UFRJ; e o "I Seminário Nacional sobre a Presença da Mulher na Literatura", promovido pelo GT Mulher e Literatura, da UFPb.

2 Associação Nacional de Pós-Graduação em Letras e Lingüística.

homem, mas hierárquica, desigual. Dentro de uma ordem social estruturada sobre a norma masculina, fálica, a mulher deverá ocupar uma posição marginal, inferior, submissa, de modo a não pôr em cheque a validade da supremacia do princípio masculino.

Falei anteriormente que este modo de ver o mundo a que chamamos de feminismo se constitui a partir das contradições sócio-culturais que informam a relação entre sexo e gênero. Com este tipo de gênese, é evidente que o feminismo não se constituirá em um modelo explicativo, homogêneo e monolítico. Pelo contrário, estamos à frente de um complexo de visões e práticas articuladas em torno de um ponto de vista básico: a análise e a contestação da estrutura patriarcal de nossa sociedade. Apesar deste eixo comum, o feminismo produz vários modos de ver e explicar a constituição dos gêneros e a opressão de um sobre o outro. Estas diferenças teóricas se tornam facilmente perceptíveis na forma pela qual cada uma dessas tendências compreende e analisa o gênero.



A relação entre o sexo e o gênero é mediada por vários aspectos de natureza social, histórica e simbólica. É justamente na análise desta mediação, na ênfase dada a alguns aspectos em detrimento de outros e, conseqüentemente, em sua resolução política, que vão emergir as diferenças conceituais na teoria feminista. De acordo com os objetivos deste trabalho, vou abordar somente as tendências teóricas mais significativas para o campo literário.

Os compêndios e antologias de crítica e teoria literária feminista publicados ultimamente (Moi, 1985; Eagleton, 1986; Humm, 1986; Weedon, 1987) identificam duas correntes teóricas bastante distintas e expressivas dentro da crítica feminista: a corrente chamada de anglo-americana e a francesa. Apesar do sério risco da simplificação didática, é importante ressaltar que tal categorização traz uma contribuição significativa à teoria feminista, na medida em que a sistematização deste pensamento é condição primordial para torná-lo acessível a um número maior de pessoas e, sobretudo, para constituí-lo em um *corpus* teórico mais sólido.

O receio de ser simplista ou redundante me impede de realizar uma análise mais detalhada destas duas correntes crítico-teóricas: para tanto seriam necessárias não apenas muito mais páginas, como também uma grande dose de originalidade e criatividade para trazer algo de novo além do que já foi elaborado, por exemplo, por Toril Moi (1985), Mary Eagleton (1986) e Chris Weedon (1987).

Com base no trabalho por elas desenvolvido, gostaria de resgatar não exatamente o que é pensado sobre o gênero por essas duas correntes críticas, mas insistir nas implicações metodológicas, conceituais e políticas que se evidenciam na existência da própria diferença entre os conceitos de gênero desenvolvidos por cada corrente. Dito de outra forma, o fato de existirem pelo menos dois modos teóricos de trabalhar com o gênero dentro da teoria e crítica literária feminista é indicativo da impossibilidade de lidarmos criticamente com um conceito único, fixo e positivo de gênero.

Em linhas bastante gerais, pode-se dizer que a corrente anglo-americana teoriza criticamente sobre o gênero no processo literário a partir do gênero da autora ou autor do texto ficcional. A influente crítica Elaine Showalter (1984), por exemplo, identifica dois momentos ou, até mesmo, dois estágios na trajetória da crítica literária feminista. O primeiro deles, chamado por ela de crítica feminista (*feminist critique*), se ocupa do "estudo dos estereótipos femininos, do sexismo dos críticos e dos papéis limitados que as mulheres desempenham na história literária" (p. 130). Em contrapartida a essa orientação masculinizante, Showalter começa a demarcar o terreno para a construção da "ginecrítica" (*gynocritics*), ou seja, o estudo da literatura de mulheres, feito com base em modelos teóricos desenvolvidos a partir de um novo conhecimento acerca da experiência da mulher, adquirido através do estudo de suas obras. Em um estudo posterior, Showalter estabelece uma distinção entre o que caracteriza como obras escritas por mulheres e a "literatura de mulheres" (*female literature*). Esta última se refere à "articulação... proposital e coletiva... da experiência das mulheres... guiada por seus próprios impulsos... em direção à auto-expressão autônoma" (Showalter, 1985, p. 4).

De imediato, o caráter utópico desta divisão pensada por Showalter impede sua utilização enquanto categoria de análise. Como podemos aceitar teorica-

mente uma manifestação "impulsiva", "livre", que vai desembocar na "auto-expressão autônoma"? É como se, num passe de mágica, a força da experiência das mulheres, tornada consciente e expressa, pudesse pôr por terra todos os constritos patriarcais que interferem negativamente na criação literária feminina. Além disso, a herança empírica da crítica literária norte-americana está fortemente presente aqui. Showalter vê a experiência da mulher como base para um novo conhecimento mais verdadeiro e menos alienado de nós mesmas que seria veiculado pelas próprias obras. O problema é que, mediando esta experiência e sua expressão literária, estão diversos fatores — desde a consciência da autora até as estruturas de composição do texto — que interagem na elaboração do material ficcional, transformando-o em uma outra "coisa", distinta da experiência de sua autora. Portanto, balizar um texto enquanto expressão de um novo conhecimento, tendo por base apenas o sexo de sua autora, é praticamente não só um sexismo às avessas, como também uma redução do próprio espectro crítico da teoria literária feminista.

A preocupação com o gênero no processo de composição da obra literária de mulheres, ou seja, com uma poética do gênero feminino, também está presente no trabalho de duas outras críticas norte-americanas que vêm exercendo uma influência significativa na crítica literária feminista: Sandra Gilbert e Susan Gubar (1984). A questão central de seu pensamento pode ser sintetizada no estudo que desenvolvem sobre a criação literária, em particular sobre o ato da escrita enquanto uma prática eminentemente masculina. A partir daí, procuram identificar a posição da mulher escritora, dividida entre as imagens de "anjo" e "monstro", construídas pelo imaginário masculino. A criação literária só será possível se estas imagens forem destruídas, se esta identidade fabricada e polarizada for desestabilizada. Porém, Gilbert e Gubar, conscientes do poder da cultura sobre as identidades e, conseqüentemente, da dificuldade em superar esta polarização, apontam para seu inevitável desdobramento: "a mulher escritora percebe, com dor, confusão e revolta, que o que ela vê no espelho é freqüentemente uma construção masculina... uma criança radiante e totalmente artificial" (1984, p. 17-8). Entre ela e sua imagem no espelho, isto é, entre sua identidade real e sua identidade construída neste espelho masculino, instaura-se uma tensão, uma ansiedade que vai permear a literatura de mulheres, particularmente a literatura feita pelas inglesas do século XIX.

Mesmo com essa pincelada nas idéias de Gilbert e Gubar, desenvolvidas no quase-clássico da crítica literária feminista *The madwoman in the attic* (1984), percebe-se um problema de natureza semelhante ao apontado no pensamento de Elaine Showalter — a equivalência imediata entre a experiência pessoal da escritora e sua expressão literária. Para elas, o conflito de identidades vivenciado pela mulher escritora terá seu correlato na construção de personagens femininas loucas, que se constituirão na expressão es-

quizofrênica entre o eu real da autora e seu eu masculinamente espelhado.

A análise de Gilbert e Gubar sobre o problema de gênero na literatura de mulheres nos coloca uma questão fundamental: se admitirmos que a existência do eu dividido, do conflito entre a realidade ontológica de mulher e seu espelhamento patriarcal for um conflito *consciente* em todas as escritoras, teremos, então, que toda a literatura feita por mulheres é uma literatura feminista; que não existem escritoras que tenham produzido ou que ainda produzem textos em que esta consciência crítica absolutamente não esteja presente. Dito de outra forma, a experiência da escritora enquanto mulher não avaliza a existência de um texto literário crítico sobre a questão dos gêneros. Mesmo quando esta experiência se transforma em consciência crítica, esta tampouco pode ser tomada como garantia de um texto literário feminista, ou seja, de um texto literário que analise e desconstrua as noções patriarcais de gênero.

O eixo metodológico que permite a aproximação entre o pensamento de Elaine Showalter e o de Sandra Gilbert e Susan Gubar pode ser encontrado de maneira explícita nos títulos de dois de seus respectivos trabalhos. Em ambos os casos, encabeçando um trabalho crítico-teórico da maior relevância, tem-se o seguinte título: "Por uma Poética Feminista" (Showalter, 1985, p. 125-41; Gilbert e Gubar, 1984, p. 1-104).

Um resgate da etimologia pode nos ser iluminador: poética vem do grego *poiesis* e equivale ao corpo de leis e aspectos de composição da obra de arte (Pavis, 1984). Nesse sentido, o trabalho das críticas norte-americanas deve inspirar uma reflexão maior por parte da teoria literária feminista. Os problemas metodológicos e conceituais assinalados em relação ao pensamento de Showalter e de Gilbert e Gubar sugerem-nos que a análise do gênero da instância geradora deste texto pode não ser a via mais frutífera para a construção de um novo modelo teórico. Em outras palavras, gostaria de argumentar que a construção de uma Poética Feminista talvez não seja, no momento, o caminho crítico mais adequado para ser trilhado. Antes de sugerir algumas alternativas, gostaria de examinar sucintamente a outra proposta de análise crítica dos gêneros na literatura: a corrente francesa.

Fortemente influenciada pela teoria psicanalítica, a vertente francesa da teoria feminista traz uma contribuição mais radical do que sua correlata anglo-americana, tanto em termos políticos quanto teóricos (Marks e Courtivron, 1980). De maneira igualmente distinta das anglo-americanas, as teóricas feministas francesas se concentram nos campos da lingüística, da semiótica e da psicanálise e não se detêm explicitamente sobre o campo literário (Moi, 1985). Assim sendo, vou abordar aqui somente um conceito desenvolvido pela teoria feminista que remete diretamente ao terreno literário e que tem por objetivo analisar e explicitar a noção de gênero — o conceito de escrituração feminina (*écriture féminine*).

Apesar de explicitamente advogar a não correspondência entre sexo e gênero, as teóricas da *écriture féminine* e, em particular, Hélène Cixous, elaboraram o conceito a partir da libido feminina, i.e., a partir de uma base psíquica, simbólica, mas que não se desprende inteiramente da base biológica. Nesse sentido, Cixous afirma que "a escrita tem sido regida por uma economia libidinal, cultural e, portanto, política, tipicamente masculina" (apud Marks e Courtivron, 1980, p. 249), onde o masculino é entendido como uma decorrência biológica. E é nessa economia que a mulher é silenciada, oprimida. Daí decorre que, para Cixous, a possibilidade de mudança reside não exatamente na fala da mulher, visto que esta é sempre silenciada, mas na sua escrita, a qual deve servir como "trampolim para o pensamento subversivo, o movimento precursor de uma transformação das estruturas sociais e culturais". Esta escrita encontra sua força transformadora no próprio corpo da mulher, visto por Cixous como múltiplo em funções, "erotogêneo", quer dizer, com possibilidades várias de erotização e prazer. Temos aí a clara associação da escrita feminina com a libido feminina, e a base desta localizada no corpo da mulher, especialmente em seus órgãos sexuais. Assim a escrita "torna-se uma forma de dar voz à sexualidade feminina reprimida e à libido que a sustém", conforme sintetiza Chris Weedon (1987, p. 168).

Contudo, Cixous nos alerta para os perigos e simplificações de uma definição de *écriture féminine*: "é impossível definir uma prática feminina de escrita, e esta é uma impossibilidade que permanecerá, uma vez que esta prática nunca poderá ser teorizada, encerrada, codificada — o que não equivale a dizer que ela não exista" (apud Marks e Courtivron, 1980, p. 253).

Sem dúvida, a noção de Cixous de escrita feminina representa uma elaboração da visão das críticas norte-americanas abordadas anteriormente, na medida em que, além da experiência da mulher, tão presente na vertente norte-americana, além deste "corpo empírico", uma dimensão importante é aqui articulada: a dimensão simbólica da sexualidade e do desejo, imprescindível para qualquer tentativa de compreensão dos gêneros, especialmente a um nível simbólico tão sofisticado como o literário. E é exatamente esta característica psíquica, simbólica, da escrita feminina que permite a Hélène Cixous apontar seus mais significativos realizadores sem a obrigatoria correspondência entre sexo e gênero. Em uma nota de pé de página do ensaio *O riso da Medusa*, Cixous afirma que "as únicas inscrições de feminilidade" na literatura francesa do século XX são Colette, Marguerite Duras e Jean Genet (apud Marks e Courtivron, 1980, p. 249).

Apesar desta definição, o trabalho de Cixous incorre, não em uma redução biológica do gênero feminino, mas em uma elaboração mítica da sexualidade feminina, aceitável dentro de uma proposta utópica de transformação, mas pouco adequada para um modelo crítico e teórico, ainda que também comprometido com um processo de mudanças.

Os dois modos de compreender o gênero expostos acima demonstram claramente que estamos diante de um conceito que não é único, fixo. Além disso, estas diferenças de concepção implicam procedimentos analíticos distintos que levam a interpretações diversas. Mas, sobretudo, a partir dessa diferença de compreensão dos gêneros podemos inferir alguns pontos importantes para nossa reflexão.

O primeiro deles diz respeito aos procedimentos teóricos que norteiam nossa prática crítica. Ao invés de procurarmos definir o gênero de maneira positiva, parece mais frutífero emprendermos análises críticas sobre seu processo de construção. Ou seja, trabalhar com um conceito de gênero definido aprioristicamente como o fazem Showalter, Gilbert, Gubar e Cixous, ainda que sob uma perspectiva inovadora, pode levar-nos a adotar estratégias de interpretação que resultarão na afirmação de uma essência fixa e imutável do gênero, distanciando-nos, assim, de uma análise crítica transformadora. Para tanto, a via mais adequada parece ser a da constituição de estratégias de leitura que permitam desvendar as roupagens patriarcais de caracterização dos gêneros. Conforme aponta Michèle Barret, "ainda estamos à espera de uma avaliação substancial sobre o consumo e recepção de textos do ponto de vista da ideologia patriarcal" (apud Newton e Rosenfelt, 1985, p. 78).

Assim, mais do que a delimitação de leis e aspectos de composição de um texto literário feminino transformador, ou seja, de uma *poiesis* feminista, necessitamos urgentemente pensar em mecanismos realmente transformadores de leitura e interpretação desses textos; necessitamos, em outras palavras, de uma *aisthesis* feminista. Esta idéia encontra suporte na noção de texto enquanto processo de interpretação. Sob este ponto de vista, um texto literário não se distingue em termos absolutos de um texto crítico — ambos são formas de interpretar algo. O primeiro interpreta o mundo, recriando-o de acordo com sua visão; o segundo interpreta o mundo ficcional, produzindo também uma visão de mundo. Nesse sentido, então, investigarmos o gênero que produz o primeiro texto, em detrimento da visão de quem investiga o gênero deste produtor, é outorgarmos uma autoridade a essa primeira voz que nos remete às práticas mais tradicionais da crítica literária. Mais necessário do que isso é desenvolvermos estratégias de leitura que analisem essas interpretações de mundo, de que forma elas constroem ou desconstroem os gêneros. Para tanto, é essencial uma visão crítica do gênero não apenas de quem gerou o primeiro texto desta cadeia de significação, mas, sobretudo, de quem está exercendo a atividade interpretativa, quais métodos são empregados e que visão de mundo é articulada.

No caso dos estudos críticos sobre Mulher e Literatura, essa visão crítica da noção de gênero se faz mais necessária do que nunca. Devemos procurar fortalecer essa vertente crítica não através da semelhança biológica, mas fundamentalmente através do aprofundamento deste modo crítico de ler o mundo.

E, como nos lembra Chris Weedon (1987, p. 174), "...para ler criticamente, em qualquer contexto, necessitamos de uma referência. Isto é tão necessário quanto inescapável". A referência que se mostra mais rica e transformadora para nós, estudiosas (ou estudiosos) da literatura de mulheres, é, sem dúvida, a teoria feminista.

Podemos, então, concluir que somente através desta referência teórica conseguiremos realmente empreender uma análise crítica do gênero; porém, não uma análise monolítica, mas polimorfa e até con-

traditória, como se depreende das correntes críticas apresentadas acima. Somente dentro de um referencial teórico feminista conseguiremos marcar esse espaço como um *locus* de pesquisa de ponta, dentro da produção acadêmica nacional. Fora dele, receio estarmos melancolicamente remontando a peça "Isto é Coisa de Mulher", usando os velhos componentes patriarcais.

Gostaria de encerrar com uma recomendação de Simone de Beauvoir: devemos "pensar a mulher no mundo, e não o mundo da mulher" (1980).

---

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

---

- BEAUVOIR, S. *O segundo sexo*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1980.
- EAGLETON, M. *Feminist literary theory: a reader*. Oxford, Basil Blackwell, 1986.
- GILBERT, S. & GUBAR, S. *The madwoman in the attic: the woman writer and the Nineteenth-Century literary imagination*. New Haven, Yale University Press, 1984.
- HUMM, M. *Feminist criticism: women as contemporary critics*. Brighton, The Harvester Press, 1986.
- MARKS, E. & COURTIVRON, I. (ed.) *New French feminism*. Brighton, The Harvester Press, 1980.
- MITCHELL, J. *Women: the longest revolution*. London, Virago, 1984.
- MOI, T. *Sexual textual politics: feminist literary theory*. London, Methuen, 1985.
- NEWTON, J. & ROSENFELT, D. (ed.) *Feminist criticism and social change: sex, class and race in literature and culture*. London, Methuen, 1985.
- PAVIS, P. *Diccionario de teatro: dramaturgia, estética, semiología*. Barcelona, Paidós, 1984.
- SHOWALTER, E. *A literature of their own: British women novelists from Brönte to Lessing*. London, Virago, 1984.
- . (ed.) *The new feminist criticism*. New York, Pantheon Books, 1985.
- WEEDON, C. *Feminist practice and post-structuralist theory*. Oxford, Basil Blackwell, 1987.
-